

Relatório anual da Administração

Os acionistas
A Administração da Empresa Amazonense de Transmissão de Energia S.A. - "EATE", em atendimento às disposições legais e estatutárias pertinentes, apresenta o relatório da Administração e as demonstrações contábeis da Companhia relativos ao exercício de 2011, acompanhada do relatório dos auditores independentes. Toda a documentação relativa às contas ora apresentadas está à disposição dos senhores acionistas, a quem a Diretoria terá o prazer de prestar os esclarecimentos adicionais necessários.

A Companhia
A Empresa Amazonense de Transmissão de Energia S.A. - "EATE" tem como objetivo social principal a prestação de serviços de planejamento, implantação, construção, operação e manutenção de instalações de transmissão de energia elétrica, incluindo os serviços de apoio e administrativos, programações, medições e demais serviços necessários à transmissão de energia elétrica e a participação em outras sociedades.

Por meio das Resoluções Autorizativas nºs. 1.636 e 1.640 de 28 de outubro de 2008 a Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) anuiu a transferência do controle societário das empresas Lumitrans Companhia Transmissora de Energia Elétrica e Sistema de Transmissão Catarinense (STC), ambas detidas pela Alupar Investimento S.A., mediante transferência de 80% das ações ordinárias destas concessionárias.

Em junho de 2008, a Companhia constituiu a controlada EBTE, com participação de 50,9%, que possui Contrato de Concessão de Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica 011/08, celebrado com a União, por intermédio da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL).

Sistema de transmissão
O sistema da EATE integra a Rede Básica do Sistema Interligado Nacional, cuja coordenação e controle da operação de transmissão de energia elétrica, sob a fiscalização e regulação da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) e do Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), pessoa de direito privado, sem fins lucrativos, entidade autorizada pelo Ministério de Minas e Energia (MME).

Dados operacionais:
A disponibilidade representa a proporção entre a quantidade de horas em que a linha encontra-se disponível em um determinado período e o total de horas no período considerado.

Pesquisa e desenvolvimento - P & D
Em 2011, a EATE realizou os projetos: 1. Framework para monitoramento de linhas de transmissão de energia sobre redes em malha sem fio. 2. Sistema digital de medição de correntes de bancos capacitores série e transformadores de potência através de dispositivo sem fio. 3. Tecnologias não convencionais de transmissão de energia em longas distâncias. 4. Desenvolvimento de novos materiais para limitação de correntes de curto-circuito utilizando dispositivos baseados em eletrônica de potência. 5. Tecnologia de sensores em fibras óticas para supervisão, controle e proteção de sistemas de energia elétrica. 6. Aplicação de nanotecnologia para redução da resistência de contatos em aterramento. 7. Gestão 2010. 8. Gestão 2011.

Detalhes dos projetos de P&D encontram-se no site www.tbe.com.br.

Responsabilidade sócio ambiental
Como forma de incentivo à cultura e ações sociais, a EATE está participando do desenvolvimento de diversos projetos, dentre os quais destacamos: "Diferenças" - Fundação Dorina Nowill, Musicalização de jovens em Paraisópolis - Fundação Bachiana", "Mestres do Futuro na Estrada Real - Kavantan", "Confederação Brasileira de Rugby" e "Projeto Verdeporte - Instituto Verdecola", além de doações para 15 instituições nos estados do Maranhão, Mato Grosso, Minas Gerais e São Paulo, como diversas "APAE's" e "Fundação Sara Albuquerque".

Desempenho econômico-financeiro
As demonstrações contábeis apresentadas estão em conformidade com o novo padrão contábil estabelecido pelo International Accounting Standards Boards - IASB, e de acordo com a Lei nº 11.638/07, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC'S). Os resultados da Companhia no exercício foram:

Table with 3 columns: Regulatorio, Societario, and values for Receita operacional líquida, Custo operacional, Lucro antes das despesas e receitas financeiras, etc.

Finalmente, queremos deixar consignados nossos agradecimentos aos acionistas, funcionários, colaboradores, seguradoras, usuários, agentes financeiros e do setor elétrico, e a todos que direta ou indiretamente colaboraram para o êxito das atividades da Companhia.

A Diretoria

Balancos patrimoniais - 31/12/2011 e 2010 (Em milhares de reais)

Table showing balance sheet items like Ativo Circulante, Não circulante, and Total do ativo for 2011 and 2010.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010 (Em milhares de reais)

Table showing changes in equity components like Saldo em 31/12/2009, Aumento/Redução de capital, and Saldo em 31/12/2011.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Demonstrações do resultado e dos resultados abrangentes - Exercícios findos em 31/12/2011 e 2010 (Em milhares de reais)

Table showing income statement items like Receita operacional líquida, Custo operacional, Lucro antes das despesas e receitas financeiras, etc.

A Companhia não apurou outros resultados abrangentes nos períodos apresentados e, portanto não está apresentando a demonstração do resultado abrangente.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Notas explicativas às demonstrações contábeis - 31 de dezembro de 2011 e 2010 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

1. Contexto operacional - A Empresa Amazonense de Transmissão de Energia S.A. - EATE (a "Companhia" ou "EATE") foi constituída como sociedade anônima de capital fechado, em 23 de março de 2001 e tem como objeto social planejar, implantar, construir, operar e manter a infraestrutura de transmissão de energia elétrica e serviços correlatos, bem como participação em outras sociedades ou empreendimentos.

Contrato de concessão
Esta forma, essas demonstrações contábeis consolidadas foram preparadas de acordo com as normas contábeis internacionais em vigor, sob o regime de competência, e foram auditadas por uma firma independente de auditoria externa e inscrita no Conselho de Administração.

2.1 Declaração de conformidade - As demonstrações contábeis da Companhia, para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010 compreendem: a) as demonstrações contábeis consolidadas preparadas de acordo com as normas contábeis internacionais em vigor, sob o regime de competência, e foram auditadas por uma firma independente de auditoria externa e inscrita no Conselho de Administração.

2.2 Base de preparação e apresentação - Todos os valores apresentados nestas demonstrações contábeis estão expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outro modo.

2.3 Moeda funcional e de apresentação - As demonstrações contábeis foram preparadas e estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia e de suas controladas.

2.4 Critérios de consolidação - As demonstrações contábeis consolidadas incluem a Companhia e suas controladas. São consideradas controladas quando a Companhia possui as seguintes fatores de forma controladora: (i) detém a maioria dos poderes de gestão; (ii) possui as seguintes políticas financeiras e operacionais; (iii) indica ou destina a maioria dos membros da diretoria ou conselho de administração.

2.5 Base de preparação e apresentação - Todos os valores apresentados nestas demonstrações contábeis estão expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outro modo.

2.6 Moeda funcional e de apresentação - As demonstrações contábeis foram preparadas e estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia e de suas controladas.

2.7 Critérios de consolidação - As demonstrações contábeis consolidadas incluem a Companhia e suas controladas. São consideradas controladas quando a Companhia possui as seguintes fatores de forma controladora: (i) detém a maioria dos poderes de gestão; (ii) possui as seguintes políticas financeiras e operacionais; (iii) indica ou destina a maioria dos membros da diretoria ou conselho de administração.

2.8 Base de preparação e apresentação - Todos os valores apresentados nestas demonstrações contábeis estão expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outro modo.

2.9 Moeda funcional e de apresentação - As demonstrações contábeis foram preparadas e estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia e de suas controladas.

2.10 Critérios de consolidação - As demonstrações contábeis consolidadas incluem a Companhia e suas controladas. São consideradas controladas quando a Companhia possui as seguintes fatores de forma controladora: (i) detém a maioria dos poderes de gestão; (ii) possui as seguintes políticas financeiras e operacionais; (iii) indica ou destina a maioria dos membros da diretoria ou conselho de administração.

2.11 Base de preparação e apresentação - Todos os valores apresentados nestas demonstrações contábeis estão expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outro modo.

2.12 Moeda funcional e de apresentação - As demonstrações contábeis foram preparadas e estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia e de suas controladas.

transação. 3.2 Estoques - Os materiais e equipamentos em estoque são classificados no ativo circulante (almoxarifados de manutenção) e são demonstrados ao custo médio de aquisição.

3.3 Investimentos - As demonstrações contábeis individuais e consolidadas reconhecem investimentos em empresas controladas através do método de equivalência patrimonial.

3.4 Intangível - 3.4.1 Agio - O agio (goodwill) é representado pela diferença positiva entre o valor pago e/ou a pagar pela aquisição de um negócio e o montante líquido do valor justo dos ativos e passivos da controlada adquirida, sendo registrado como "ativo intangível", pelo seu valor de custo menos as perdas acumuladas por impairment, quando se aplicar o caso. As perdas por impairment são reconhecidas no agio, e não são revertidas.

3.5 Provisão para redução ao provável valor de realização dos ativos não circulantes ou de longa duração - A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar deterioração ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável.

3.6 Provisões - Provisões são reconhecidas quando a Companhia e suas controladas possuem uma obrigação presente (legal ou contratual) resultante de um evento passado, cuja liquidação seja considerada como provável e o montante possa ser estimado de forma confiável.

3.7 Provisões para redução ao provável valor de realização dos ativos não circulantes ou de longa duração - A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar deterioração ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável.

3.8 Instrumentos financeiros - apresentação líquida - Ativos e passivos financeiros são apresentados líquidos no balanço patrimonial se, e somente se, houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

3.9 Imposto de renda e contribuição social - 3.9.1 Correntes - tribuções sobre o lucro compreendem o imposto de renda e a contribuição social. A contribuição social é reconhecida no balanço contábil em conformidade com o disposto no artigo 11, inciso I, da Lei nº 11.638/07.

3.10 Outros ativos e passivos circulantes e não circulantes - 3.10.1 Outros ativos e passivos circulantes - A Companhia reconhece eventos passados e do qual se espera que resultem em benefícios econômicos futuros. Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo.

3.11 Instrumentos financeiros - apresentação líquida - Ativos e passivos financeiros são apresentados líquidos no balanço patrimonial se, e somente se, houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

3.12 Ativos e passivos monetários de longo prazo e de justo valor - Quando o efeito é significativo, os ativos e passivos monetários de longo prazo e de justo valor são avaliados com base no valor presente. O ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos.

3.13 Instrumentos financeiros - apresentação líquida - Ativos e passivos financeiros são apresentados líquidos no balanço patrimonial se, e somente se, houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

3.14 Instrumentos financeiros - apresentação líquida - Ativos e passivos financeiros são apresentados líquidos no balanço patrimonial se, e somente se, houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

3.15 Instrumentos financeiros - apresentação líquida - Ativos e passivos financeiros são apresentados líquidos no balanço patrimonial se, e somente se, houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

3.16 Instrumentos financeiros - apresentação líquida - Ativos e passivos financeiros são apresentados líquidos no balanço patrimonial se, e somente se, houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

3.17 Instrumentos financeiros - apresentação líquida - Ativos e passivos financeiros são apresentados líquidos no balanço patrimonial se, e somente se, houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

3.18 Instrumentos financeiros - apresentação líquida - Ativos e passivos financeiros são apresentados líquidos no balanço patrimonial se, e somente se, houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

3.19 Instrumentos financeiros - apresentação líquida - Ativos e passivos financeiros são apresentados líquidos no balanço patrimonial se, e somente se, houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

3.20 Instrumentos financeiros - apresentação líquida - Ativos e passivos financeiros são apresentados líquidos no balanço patrimonial se, e somente se, houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

3.21 Instrumentos financeiros - apresentação líquida - Ativos e passivos financeiros são apresentados líquidos no balanço patrimonial se, e somente se, houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

3.22 Instrumentos financeiros - apresentação líquida - Ativos e passivos financeiros são apresentados líquidos no balanço patrimonial se, e somente se, houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

3.23 Instrumentos financeiros - apresentação líquida - Ativos e passivos financeiros são apresentados líquidos no balanço patrimonial se, e somente se, houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

3.24 Instrumentos financeiros - apresentação líquida - Ativos e passivos financeiros são apresentados líquidos no balanço patrimonial se, e somente se, houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

3.25 Instrumentos financeiros - apresentação líquida - Ativos e passivos financeiros são apresentados líquidos no balanço patrimonial se, e somente se, houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

3.26 Instrumentos financeiros - apresentação líquida - Ativos e passivos financeiros são apresentados líquidos no balanço patrimonial se, e somente se, houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

3.27 Instrumentos financeiros - apresentação líquida - Ativos e passivos financeiros são apresentados líquidos no balanço patrimonial se, e somente se, houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

3.28 Instrumentos financeiros - apresentação líquida - Ativos e passivos financeiros são apresentados líquidos no balanço patrimonial se, e somente se, houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

3.29 Instrumentos financeiros - apresentação líquida - Ativos e passivos financeiros são apresentados líquidos no balanço patrimonial se, e somente se, houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

3.30 Instrumentos financeiros - apresentação líquida - Ativos e passivos financeiros são apresentados líquidos no balanço patrimonial se, e somente se, houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

3.31 Instrumentos financeiros - apresentação líquida - Ativos e passivos financeiros são apresentados líquidos no balanço patrimonial se, e somente se, houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

3.32 Instrumentos financeiros - apresentação líquida - Ativos e passivos financeiros são apresentados líquidos no balanço patrimonial se, e somente se, houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

3.33 Instrumentos financeiros - apresentação líquida - Ativos e passivos financeiros são apresentados líquidos no balanço patrimonial se, e somente se, houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

3.34 Instrumentos financeiros - apresentação líquida - Ativos e passivos financeiros são apresentados líquidos no balanço patrimonial se, e somente se, houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

3.35 Instrumentos financeiros - apresentação líquida - Ativos e passivos financeiros são apresentados líquidos no balanço patrimonial se, e somente se, houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

3.36 Instrumentos financeiros - apresentação líquida - Ativos e passivos financeiros são apresentados líquidos no balanço patrimonial se, e somente se, houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

3.37 Instrumentos financeiros - apresentação líquida - Ativos e passivos financeiros são apresentados líquidos no balanço patrimonial se, e somente se, houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

3.38 Instrumentos financeiros - apresentação líquida - Ativos e passivos financeiros são apresentados líquidos no balanço patrimonial se, e somente se, houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

3.39 Instrumentos financeiros - apresentação líquida - Ativos e passivos financeiros são apresentados líquidos no balanço patrimonial se, e somente se, houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

3.40 Instrumentos financeiros - apresentação líquida - Ativos e passivos financeiros são apresentados líquidos no balanço patrimonial se, e somente se, houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

3.41 Instrumentos financeiros - apresentação líquida - Ativos e passivos financeiros são apresentados líquidos no balanço patrimonial se, e somente se, houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

3.42 Instrumentos financeiros - apresentação líquida - Ativos e passivos financeiros são apresentados líquidos no balanço patrimonial se, e somente se, houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

3.43 Instrumentos financeiros - apresentação líquida - Ativos e passivos financeiros são apresentados líquidos no balanço patrimonial se, e somente se, houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

3.44 Instrumentos financeiros - apresentação líquida - Ativos e passivos financeiros são apresentados líquidos no balanço patrimonial se, e somente se, houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

3.45 Instrumentos financeiros - apresentação líquida - Ativos e passivos financeiros são apresentados líquidos no balanço patrimonial se, e somente se, houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

3.46 Instrumentos financeiros - apresentação líquida - Ativos e passivos financeiros são apresentados líquidos no balanço patrimonial se, e somente se, houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

3.47 Instrumentos financeiros - apresentação líquida - Ativos e passivos financeiros são apresentados líquidos no balanço patrimonial se, e somente se, houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

3.48 Instrumentos financeiros - apresentação líquida - Ativos e passivos financeiros são apresentados líquidos no balanço patrimonial se, e somente se, houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

3.49 Instrumentos financeiros - apresentação líquida - Ativos e passivos financeiros são apresentados líquidos no balanço patrimonial se, e somente se, houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Notas explicativas às demonstrações contábeis - 31 de dezembro de 2011 e 2010 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

demonstrações contábeis da Companhia e de suas controladas. Esta listagem de normas e interpretações emitidas contemplam aquelas que a Companhia e suas controladas de forma razoável esperam que produzam impacto nas divulgações, situação financeira ou desempenho mediante sua aplicação em data futura. A Companhia e suas controladas pretendem adotar tais normas quando as mesmas entrarem em vigor. • IAS 1 - Apresentação das demonstrações contábeis - Apresentação de itens de Outros Resultados Abrangentes: Esta emenda entrará em vigor para os períodos anuais iniciando em ou após 1º de janeiro de 2012. • IAS 19 - Benefícios aos empregados (Emenda): O IASB emitiu várias emendas ao IAS 19. Tais emendas englobam desde alterações fundamentais como a remoção do mecanismo do corredor e o conceito de retornos esperados sobre ativos do plano até simples esclarecimentos sobre valorizações e desvalorizações e reformulação. Esta emenda não trará impactos para a Companhia e suas controladas. Esta emenda entrará em vigor para os períodos anuais iniciando em ou após 1º de janeiro de 2013. • IAS 27 - Demonstrações contábeis consolidadas e individuais (revisado em 2011): Como consequência dos recentes IFRS 10 e IFRS 12, o que permanece no IAS 27 restringe-se à contabilização de subsidiárias, entidades de controle conjunto, e associadas em demonstrações contábeis em separado. A Companhia e suas controladas não apresentam demonstrações contábeis em separado. Esta emenda entra em vigor para períodos anuais iniciando em ou a partir de 1º de janeiro de 2013. • IAS 28 - Contabilização de Investimentos em Associadas e Joint Ventures (revisado em 2011): Como consequência dos recentes IFRS 11 e IFRS 12, o IAS 28 passa a ser IAS 28 - Investimentos em Associadas e Joint Ventures, e descreve a aplicação do método patrimonial para investimentos em joint ventures, além do investimento em associadas. Esta emenda entrará em vigor para os períodos anuais iniciando em ou a partir de 1º de janeiro de 2013. • IFRS 7 - Instrumentos financeiros - Divulgações - Aumento nas Divulgações relacionadas a Baixas: Esta emenda exige divulgação adicional sobre ativos financeiros que foram transferidos, porém não baixados, a fim de possibilitar que o usuário das demonstrações contábeis da Companhia e de suas controladas compreendam a relação com aqueles ativos que não foram baixados e seus passivos associados. Além disso, a emenda exige divulgações quanto ao envolvimento continuado nos ativos financeiros baixados para permitir que o usuário avalie a natureza do envolvimento continuado da entidade nesses ativos baixados, assim como os riscos associados. Esta emenda entrará em vigor para os períodos anuais iniciando em ou a partir de 1º de julho de 2011. A emenda em questão afeta apenas as divulgações e não tem impacto sobre o desempenho ou a situação financeira da Companhia e de suas controladas. • IFRS 9 - Instrumentos Financeiros - Classificação e Mensuração: O IFRS 9 na forma como foi emitido reflete a primeira fase do trabalho do IASB na substituição do IAS 39 e refere-se à classificação e mensuração dos ativos e passivos financeiros conforme estabelece o IAS 39. A norma entrará em vigor para os períodos anuais iniciando em ou a partir de 1º de janeiro de 2013. Em fases subsequentes, o IASB examinará contabilidade de cobertura e perda no valor recuperável de ativos financeiros. Esse projeto deverá ser encerrado no final de 2011 ou no primeiro semestre de 2012. Adoção da primeira fase do IFRS 9 terá efeito sobre a classificação e mensuração dos ativos financeiros da Companhia e de suas controladas, mas potencialmente não trará impactos sobre a classificação e mensuração de passivos financeiros. A Companhia e suas controladas irão quantificar o efeito dessa emenda em conjunto com as outras fases, quando emitidas, a fim de apresentar um quadro abrangente. • IFRS 10 - Demonstrações contábeis Consolidadas: O IFRS 10 substitui as partes do IAS 27 - Demonstrações contábeis Consolidadas e Individuais que se referem ao tratamento contábil das demonstrações contábeis consolidadas. Inclui também os pontos levantados no SIC-12 Consolidação - Entidades para Fins Especiais - Envolvimento com Outras Entidades. O IFRS 10 estabelece um único modelo de consolidação baseado em controle que se aplica a todas as entidades, inclusive as entidades para fins especiais. As alterações introduzidas pelo IFRS 10 irão exigir que a Administração exerça importante julgamento na determinação de quais entidades são controladas e, portanto, necessitam ser consolidadas pela controladora, em comparação com as exigências estabelecidas pelo IAS 27. Esta norma entrará em vigor para os períodos anuais iniciando em ou a partir de 1º de janeiro de 2013. • IFRS 11 - Acordos Conjuntos: Esta emenda entrará em vigor para os períodos anuais iniciando em ou a partir de 1º de janeiro de 2013. • IFRS 13 - Mensuração de Valor Justo: Esta emenda entrará em vigor para os períodos anuais iniciando em ou a partir de 1º de janeiro de 2013. **5. Reclassificações realizadas nos saldos de 31/12/2010** - Para melhor apresentação das demonstrações contábeis, a Companhia procedeu às seguintes alterações nos saldos apresentados em 2010: • Rubricas com saldos individualmente materiais foram agrupadas em "Devedores Diversos" e "Outros Ativos", nos ativos circulante e não circulante, respectivamente, e "Credores Diversos" e "Outras Obrigações", nos passivos circulante e não circulante, respectivamente. • Os saldos correspondentes às contas reservas vinculadas aos empréstimos junto ao BNDES, originalmente apresentadas como redutores dos saldos de empréstimos no passivo circulante, foram reclassificadas para o ativo circulante como "Títulos e Valores Mobiliários".

6. Caixa e equivalentes de caixa:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/11	31/12/10	31/12/11	31/12/10
		Reclassificado		Reclassificado
Caixa	4	6	11	15
Bancos - depósitos a vista	116	71	265	196
Aplicações financeiras	5.781	4.478	12.692	8.893
	5.901	4.555	12.968	9.104

As aplicações financeiras correspondem a operações realizadas com instituições que operam no mercado financeiro nacional e contratadas em condições e taxas praticadas pelo mercado em operações financeiras semelhantes, tendo como característica alta liquidez, baixo risco de crédito e remuneração pela variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI a taxas que variam de 99% a 101% (198 a 101% em 2010). **7. Títulos e valores mobiliários:** A Companhia mantém saldo de R\$ 14.182 consolidado (R\$ 22.179 controladora e R\$ 29.674 consolidado, em 2010), referente a conta reserva vinculada ao financiamento com o BNDES. Em 2011 os empréstimos da EATE foram quitados e consequentemente a conta reserva foi extinta. **8. Contas a receber - ativo financeiro:** Os contratos de Concessão de Serviços Públicos de Energia Elétrica celebrados entre a União - Poder Concedente e a Empresa Amazonense de Transmissão de Energia S.A. - EATE, Sistema de Transmissão Catarinense S.A. - STC, Lumitrans Companhia Transmissora de Energia Elétrica S.A. - LUMITRANS e Empresa Brasileira de Transmissão de Energia S.A. - EBTE, respectivamente, regulamentam a exploração dos serviços públicos de transmissão de energia elétrica pela Companhia, onde: • O contrato estabelece quais os serviços que o operador deve prestar e para quem os serviços devem ser prestados; • Ao final da concessão os ativos vinculados à infraestrutura devem ser revertidos ao poder concedente mediante pagamento de uma indenização; • Com base nas características estabelecidas no contrato de concessão de transmissão de energia elétrica das Companhias, a Administração entende que estão atendidas as condições para a aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 - Contratos de Concessão, a qual indica as condições para a contabilização de concessões de serviços públicos a operadores privados, de forma a refletir o negócio de transmissão de energia elétrica, abrangendo a parcela estimada dos investimentos realizados e não amortizados ou depreciados até o final da concessão classificada como ativo financeiro por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do poder concedente; A infraestrutura construída da atividade de transmissão que estava originalmente representada pelo ativo imobilizado da EATE, STC, LUMITRANS e EBTE é, ou será, recuperada através de dois fluxos de caixa, a saber: a) Parte através da Receita Anual Permitida - RAP recebida durante o prazo definido pelo contrato de concessão; b) Parte como indenização dos bens reversíveis no final do prazo da concessão, esta a ser recebida diretamente do Poder Concedente ou para quem ele delegar essa tarefa, considerando-se a que parcela do ativo financeiro é garantida no contrato de concessão, e está incluída no modelo de fluxo de caixa, além de ser reconhecida, como premissa conservadora adotada pela Administração, pelo seu valor residual avaliada ao custo histórico, uma vez que os instrumentos regulatórios existentes permitem distintas interpretações. Essa indenização será efetuada com base nas parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis ainda não amortizados ou depreciados que tenham sido realizados com o objetivo de garantir a continuidade e atualidade dos serviços concedidos e foi determinada conforme demonstrado a seguir: • Movimentação do ativo financeiro da concessão:

	Controladora	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2010	964.782	1.485.380
Receita de operação e manutenção	29.068	38.573
Receita de remuneração dos ativos da concessão	270.574	333.090
Receita de desenvolvimento de infraestrutura	-	34.824
Realização do ativo financeiro (recebimento)	(286.743)	(352.411)
Saldo em 31 de dezembro de 2011	977.681	1.539.456

9. Impostos a recuperar:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/11	31/12/10	31/12/11	31/12/10
Imposto de renda retido na fonte	698	1.038	1.415	1.498
Imposto de renda - pessoa jurídica	3.760	-	4.975	573
Contribuição social sobre o lucro líquido	3.798	298	4.275	311
PIS e COFINS	8	8	4.743	7.129
Outros	2.330	-	2.640	45
	10.594	1.344	18.048	9.556

10. Investimentos: a) Os investimentos em controladas estão apresentados a seguir:

Empresa	Dados das controladas		Participação da EATE		
	Quantidade de ações	Patrimônio líquido	Quantidade de ações	No patrimônio líquido	
	Capital social		No capital social		
STC	78.340.000	119.621	62.671.990	80%	95.697
Lumitrans	30.482.700	44.342	24.386.150	80%	35.473
EBTE	263.058.339	293.408	134.159.748	51%	149.638
					280.808

Saldo em 31 de dezembro de 2009

	Controladora			
	STC	Lumitrans	EBTE	Total
Aquisição de investimento	-	-	32.263	32.263
Resultado de equivalência patrimonial	6.827	3.440	7.319	17.586
Dividendos e juros sobre capital próprio	(2.323)	(817)	(1.738)	(4.878)
Saldo em 31 de dezembro de 2010	75.170	29.283	119.527	223.980
Aquisição de investimento	-	-	40.990	40.990
Resultado de equivalência patrimonial	6.942	6.208	8.029	21.179
Dividendos e juros sobre capital próprio	(2.524)	(2.817)	-	(5.341)
Saldo em 31 de dezembro de 2011	79.588	32.674	168.546	280.808

11. Intangível: A Companhia apresentou saldo de intangível no valor de R\$ 16.916 (R\$ 17.808 em 2010), representa substancialmente o agio gerado na operação de aquisição da controlada STC no valor líquido de R\$ 7.935 (R\$ 8.245 em 31/12/2010) e da controlada Lumitrans no valor líquido de R\$ 8.466 (R\$ 8.866 em 31/12/2010), que tiveram como fundamento econômico a expectativa de rentabilidade futura. Esses ágios são considerados como de vida útil finita e, dessa forma, passíveis de amortização durante o período remanescente do contrato de concessão das controladas. **12. Empréstimos, financiamentos, debêntures e encargos de dívidas:**

	Controladora				Total
	31/12/11		31/12/10		
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante	
	Encargos	Principal	Principal	Total	Total
BNDES	-	-	-	-	296.597
Debêntures	1.542	78.064	254.598	334.204	-
	1.542	78.064	254.598	334.204	296.597
	Consolidado				
	31/12/11		31/12/10		
	Circulante	Não circulante	Circulante	Total	Total
	Encargos	Principal	Principal	Total	Total
Itaú	406	8.139	75.633	84.178	92.487
BRDE	54	1.658	13.882	15.594	16.941
BNDES	444	11.588	115.729	127.761	429.722
Debêntures	1.542	78.064	254.598	334.204	-
	2.446	99.449	459.842	561.737	539.150

Em 23 de fevereiro de 2011 a EATE emitiu debêntures no valor de R\$ 360.000 no mercado local, em série única, com prazo de vigência de 5 anos. As debêntures serão amortizadas em 55 parcelas mensais, com carência de 5 meses a partir da data de emissão, e serão atualizadas pelo CDI e taxa de juros de 1,30% ao ano, com vencimento final em março de 2016. Não foram oferecidas garantias na emissão de debêntures. Na STC os financiamentos são atualizados pela TJLP e juros de 8,41% ao ano, serão pagos em 168 prestações mensais, com vencimentos finais em 2022. Em garantia foram oferecidos o penhor dos direitos emergentes da concessão, dos direitos creditórios e das ações da empresa detidas pela Alupar, além da constituição de conta reserva. Na Lumitrans os financiamentos são atualizados pelo CDI e taxa de juros de 7,80% ao ano, serão pagos em 168 parcelas mensais e 22% do saldo devedor pelo IGP-M e juros de 9,85% ao ano, a ser quitado em 14 parcelas anuais. O vencimento final dos financiamentos será em 2022. Em garantia foram oferecidos o penhor dos direitos emergentes da concessão, dos direitos creditórios e das ações da empresa detidas pela Alupar e pela Auto Invest, além da constituição de conta reserva. Na EBTE, 86% do saldo devedor é atualizado pela TJLP e juros de 2,56% ao ano e 14% do saldo devedor por juros de 4,5% ao ano. Os financiamentos serão pagos em 162 prestações mensais, com vencimentos finais em 2024. Em garantia foram oferecidos o penhor dos direitos emergentes da concessão, dos direitos creditórios e das ações da empresa detidas pela EATE, além da constituição de conta reserva. Os contratos com o BNDES bem como a escritura de debêntures exigem a manutenção de certos índices financeiros e o cumprimento de outras obrigações específicas. A Administração da Companhia e de suas controladas mantêm o acompanhamento dos índices financeiros definidos em contrato. Em 31 de dezembro de 2011, todas as obrigações especificadas nos contratos foram cumpridas. As cláusulas restritivas da EATE estão relacionadas à dívida líquida e as cláusulas restritivas de suas controladas estão relacionadas ao Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD), ao longo de todo o prazo do financiamento. As debêntures da EATE foram emitidas sem que fossem oferecidas quaisquer garantias. Os vencimentos anuais dos empréstimos e financiamentos em longo prazo são como segue:

	Controladora	Consolidado
2013	78.338	99.552
2014	78.338	98.986
2015	78.338	98.797
2016	19.584	40.043
2017	-	20.459
2018 até 2024	-	102.005
	254.598	459.842

13. Tributos e contribuições sociais:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/11	31/12/10	31/12/11	31/12/10
Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ	11.995	8.487	14.927	9.861
PIS e COFINS	1.278	1.083	1.959	1.305
Contribuição Social - CSLL	16.374	14.179	17.091	14.343
ICMS	1.594	1.514	2.869	3.090
Outros	514	528	992	1.122
	31.755	25.791	37.838	29.721

Passivo não circulante

	Controladora	Consolidado
IRPJ e CSLL Diferidos (a)	87.323	82.683
a) Imposto de renda e contribuição social diferidos: O imposto de renda e a contribuição social diferidos passivos decorrem do reconhecimento dos efeitos da adoção do ICPC 01 e OCPC 05 - contratos de concessão e foram mensurados pelas alíquotas aplicáveis nos períodos nos quais se espera que o passivo seja liquidado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no final de cada exercício, considerando, inclusive, o final do período de fruição do benefício fiscal.	105.226	93.434
	192.549	176.117

Saldo em 31 de dezembro de 2009

	Controladora	Consolidado
Imposto diferido reconhecido no resultado	76.279	80.632
Saldo em 31 de dezembro de 2010	6.404	12.802
Imposto diferido reconhecido no resultado	82.683	93.434
Saldo em 31 de dezembro de 2011	4.640	11.792
	87.323	105.226

14. Taxas regulamentares:

	Controladora	Consolidado
Quota de reserva global de reversão - RGR	272	833
Pesquisa e desenvolvimento - P&D	7.555	6.099
Taxa de fiscalização - ANEEL	579	469
	8.406	7.401

15. Compensação ambiental: Como parte do processo de licenciamento, a Companhia é obrigada a realizar investimentos em unidades de conservação, de modo a compensar o impacto ambiental causado por suas atividades. Para tanto, o IBAMA determinou o valor a ser investido e a destinação de tal investimento. O saldo, em 31 de dezembro de 2011, no valor de R\$ 6.655 (R\$ 6.331 em 31/12/2010) ainda não foi destinado, pois aguardamos por parte do IBAMA, indicação do seu destino. **16. Contingências:** A Companhia discute temas, que na opinião de seus assessores legais, tem probabilidade de êxito, classificando como "possível" e diante desse pressuposto, não procedem pela Companhia, a qualquer provisionamento de valores em conformidade com as normas de contabilidade adotadas, de acordo com o quadro abaixo:

	Valores envolvidos estimados			
	EATE	STC	Lumitrans	EBTE
Trabalhista	329	2	1	-
Cível	2	192	-	-
Regulatório	-	-	-	224
Total 2011	331	194	1	224
Total 2010	316	32	17	201

17. Partes relacionadas: Em 2011 a remuneração anual da Administração, incluindo Diretores e Conselho de Administração foi o total de R\$ 1.198, compostos por pró-labore, encargos, benefícios e gratificação. **18. Patrimônio líquido:** **18.1 Capital social** - O capital social integralizado até 31 de dezembro de 2011 é de R\$ 355.697, representado por 92.000.000 ações ordinárias e por 88.000.010 ações preferenciais, sem valor nominal.

	Controladora			
	Quantidade de ações			
	Integralizadas Ordinárias	Integralizadas Preferenciais	% do capital Votante	Total
Alupar Invest. S.A.	46.020.150	44.011.570	50,021902	50,017619
Companhia Energética de Minas Gerais - CEMIG	45.979.850	43.988.428	49,978098	49,982374
Membros do Conselho de Administração	-	12	-	0,000007
	92.000.000	88.000.010	100,000000	100,000000

As ações preferenciais não têm direito a voto e não são conversíveis em ações ordinárias. Têm direito a dividendos mínimos anuais de 10% do lucro líquido, ajustado conforme prescrito na Lei das Sociedades por Ações; têm, também, prioridade na distribuição de dividendos e no reembolso de capital, em relação às ações ordinárias e direito ao recebimento de dividendos cumulativos, no exercício em que os lucros forem insuficientes. **18.2. Variação na participação de não controladores:** Corresponde à participação de acionistas não controladores nos aumentos de capital social, distribuição de juros sobre capital próprio e dividendos, nas controladas STC e Lumitrans. **18.3. Reserva de lucro** - 18.3.1 **Reserva legal** - A reserva legal é calculada com base em 5% do lucro líquido conforme previsto na legislação em vigor, limitada a 20% do capital social. 18.3.2 **Reserva de incentivo fiscal** - A legislação do imposto de renda possibilita que empresas situadas na Região Norte do Brasil, e que atuam no setor de infraestrutura, reduzam o valor do imposto de renda devido para fins de investimento em projeto de ampliação da sua capacidade instalada, conforme determina o Decreto 4.212/02. Em atendimento à Lei nº 11.638/07 e CPC nº 07, o valor correspondente ao incentivo SUDAM apurado na vigência da Lei foi contabilizado no resultado do período, e posteriormente será transferido para reserva de lucro devendo somente ser utilizado para aumento de capital social ou para eventual absorção de prejuízos contábeis conforme previsto no artigo 545 do Regulamento do Imposto de Renda. Diante do exposto, a Companhia EATE formalizou junto à SUDAM e obtiveram deferimento da redução do imposto de renda e adicionais de acordo com o Laudo Constitutivo nº 048/04, em 75%. 18.3.3 **Reserva de retenção de lucros** - Conforme a modificação introduzida pela Lei nº 11.638/07, o lucro líquido do exercício deverá ser destinado de acordo com os artigos 193 e 197 da Lei nº 6.404/76. Em 31 de dezembro de 2011, o lucro remanescente, foi transferido para a conta de reserva de retenção de lucros. **18.4 Dividendos propostos** - A Companhia distribuiu dividendos intermediários baseado nas demonstrações contábeis em 30 de junho de 2011, no montante de R\$ 48.255, valor este superior ao dividendo mínimo exigido pelo Estatuto (25% do Lucro líquido do exercício após a apropriação da Reserva Legal e reserva de incentivo fiscal), que totalizaria R\$ 40.739. De acordo com a faculdade prevista na Lei nº 9.249/95, a Companhia calculou juros sobre o capital próprio com base na Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) vigente no exercício, no montante de R\$ 24.777.

	2011
Lucro líquido do exercício	204.314
Constituição da reserva legal	(10.216)
Base de cálculo de dividendos	194.098
Incentivo fiscal	(31.140)
Juros sobre capital próprio	(24.777)
Dividendos intermediários	(48.255)
Reserva de lucros retidos	(39.364)
Destinação para dividendos	50.562

19. Receita operacional líquida: A receita operacional líquida é composta da seguinte forma:

	Controladora	Consolidado
	31/12/11	31/12/10
Receita operacional bruta	299.642	291.317
Receita de operação e manutenção	29.068	26.489
Receita de desenvolvimento de infraestrutura	-	932
Receita de remuneração dos ativos da concessão	270.574	263.896
Deduções da receita operacional	(20.979)	(19.573)
PIS	(1.953)	(1.825)
COFINS	(9.014)	(8.423)
Quota para reserva Global de Reversão - RGR	(7.301)	(6.806)
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	(2.711)	(2.519)
Receita operacional líquida	278.663	271.744
	31/12/11	31/12/10
Receitas financeiras	3.572	3.673
Receita de aplicações financeiras	5.148	2.771
Outros	8.720	6.444
Despesas financeiras	(42.189)	(33.601)
Encargos sobre empréstimos e financiamentos	(959)	(3.639)
Variação monetária sobre empréstimos e financiamentos	(1.313)	(2.175)
Outros	(40.917)	(30.787)
		